

ECONOMIA

Taxa de juros caiu em agosto, diz o Banco Central

Endividamento já afeta mais de 50% das famílias brasileiras

A taxa média de juros das concessões de crédito livre e direcionado teve leve queda no mês de agosto, mas mantém a tendência de alta em 12 meses, segundo as Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas nesta quarta-feira, 28, pelo Banco Central (BC). A taxa alcançou 28,7% ao ano em agosto, redução de 0,7 ponto percentual no mês e alta de 7,6 pontos percentuais no acumulado de 12 meses. A alta dos juros bancários médios ocorre em um momento em que a taxa básica de juros da economia, a Selic, está em seu maior nível desde janeiro de 2017, em 13,75% ao ano.

tuições financeiras parcelam a dívida. Nesse caso do cartão parcelado, os juros subiram 4,2 pontos percentuais no mês e 22,3 pontos percentuais em 12 meses, para 185,9% ao ano. Também influenciaram o aumento dos juros para as famílias as taxas do cheque especial, com alta de 1,2 ponto percentual no mês e 3,5 pontos percentuais em 12 meses (128,6% ao ano). Por outro lado, os juros do crédito pessoal não consignado caíram 1,1 ponto percentual no mês de agosto e aumentaram 5,5 pontos percentuais em 12 meses (85,4% ao ano).

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), a Selic foi mantida nesse patamar, após 12 elevações consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. A Selic é o principal instrumento usado pelo BC para alcançar a meta de inflação.

No crédito livre às empresas, houve queda de 1,5 ponto percentual no mês e alta de 5,8 pontos percentuais em 12 meses em capital de giro, chegando a 22% ao ano. Já no cheque especial, os juros subiram 3,6 pontos percentuais no mês e caíram 1,2 ponto percentual em 12 meses, indo para 325,4% ao ano. O financiamento a importações caiu 2,3 pontos percentuais em agosto e subiu 1,7 ponto percentual em 12 meses, para 11,7% ao ano. Por fim, o cartão de crédito teve recuo de 3,5 pontos percentuais nos juros do mês e aumento de 14,1 pontos percentuais em 12 meses, para 39,7% ao ano.

Em ata divulgada na terça-feira, 27, o Copom avaliou que “o repasse da Selic para as taxas finais de diferentes modalidades de crédito tem ocorrido conforme esperado, ainda que as concessões de crédito para pessoa jurídica sigam mais robustas que o esperado”. A elevação da taxa básica ajuda a controlar a inflação porque causa reflexos nos preços, já que juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, contendo a demanda aquecida.

CRÉDITO DIRECIONADO

No crédito livre para as famílias, a taxa média de juros chegou a 53,9% ao ano, com aumento de 0,5 ponto percentual em relação a julho e de 13,4 pontos percentuais em 12 meses. Nas contratações com empresas, a taxa livre caiu 0,6 ponto percentual no mês e cresceu 6,6 pontos percentuais em 12 meses, alcançando 22,8% ao ano.

Essas taxas são do crédito livre, em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado, que tem regras definidas pelo governo, é destinado basicamente aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

Para pessoas físicas, o destaque foi o cartão de crédito, com alta de 2,1 pontos percentuais no mês e 25,5 pontos percentuais em 12 meses, alcançando 87,3% ao ano. No crédito rotativo, que é aquele tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão e dura 30 dias, houve aumento de 3,5 pontos percentuais no mês e 62,9 pontos percentuais em 12 meses, para 398,4% ao ano. Após os 30 dias, as insti-

tuções financeiras parcelam a dívida. Nesse caso do cartão parcelado, os juros subiram 4,2 pontos percentuais no mês e 22,3 pontos percentuais em 12 meses, para 185,9% ao ano. Também influenciaram o aumento dos juros para as famílias as taxas do cheque especial, com alta de 1,2 ponto percentual no mês e 3,5 pontos percentuais em 12 meses (128,6% ao ano). Por outro lado, os juros do crédito pessoal não consignado caíram 1,1 ponto percentual no mês de agosto e aumentaram 5,5 pontos percentuais em 12 meses (85,4% ao ano).

ALTA DAS CONTRATAÇÕES

Mesmo com a alta dos juros, em agosto, o estoque de todos os empréstimos concedidos pelos bancos do Sistema Financeiro Nacional (SFN) ficou em R\$ 5,067 trilhões, com aumento de 1,6% em relação a julho. O crescimento em 12

meses da carteira chegou a 16,8% no mês passado. O saldo do crédito correspondeu a 54,3% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços que o país produz. O saldo das operações de crédito do SFN com as micro, pequenas e médias empresas cresceu 2,2% e 14,4%, no mês e em 12 meses, respectivamente, ante variações de -0,4% e de 8,2% com o segmento de grandes empresas, naqueles mesmos períodos. Como resultado, de acordo com o BC, a participação da carteira de micro, pequenas e médias empresas manteve sua trajetória de crescimento gradual ao longo dos últimos dois anos. O crédito ampliado ao setor não financeiro, que é o crédito disponível para empresas, famílias e governos independentemente da fonte (bancário, mercado de título ou dívida externa) alcançou R\$ 14,259 trilhões, crescendo 0,6% no mês e 10,4% em 12 meses. Esse aumento ocorreu majoritariamente nos empréstimos do SFN no mercado doméstico, a expansão de 1,6%. Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 10,4%, com relevância para os crescimentos na carteira de títulos de dívida (10,5%) e na carteira de empréstimos do SFN (16,8%).



MARCELLO CASAL JR. / AGÊNCIA BRASIL

meses da carteira chegou a 16,8% no mês passado. O saldo do crédito correspondeu a 54,3% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços que o país produz.

O crédito ampliado ao setor não financeiro, que é o crédito disponível para empresas, famílias e governos independentemente da fonte (bancário, mercado de título ou dívida externa) alcançou R\$ 14,259 trilhões, crescendo 0,6% no mês e 10,4% em 12 meses.

Esse aumento ocorreu majoritariamente nos empréstimos do SFN no mercado doméstico, a expansão de 1,6%. Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 10,4%, com relevância para os crescimentos na carteira de títulos de dívida (10,5%) e na carteira de empréstimos do SFN (16,8%).

Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 10,4%, com relevância para os crescimentos na carteira de títulos de dívida (10,5%) e na carteira de empréstimos do SFN (16,8%).

MAIOR ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS

De acordo com o BC, a inadimplência (atrasos acima de 90 dias) tem se mantido estável há bastante tempo, com pequenas oscilações, e registrou 2,8% em agosto. Nas operações de crédito livre para pessoas físicas, está em 5,6% e para pessoas jurídicas em 1,8%. O endividamento das famí-

lias, relação entre o saldo das dívidas e a renda acumulada em 12 meses, chegou ao recorde de 53,1% em julho, na série histórica iniciada em janeiro de 2005, refletindo o aumento das concessões de empréstimos. Houve alta de 0,3% no mês e de 5,1% em 12 meses. Com a exclusão do financia-

mento imobiliário, que pega um montante considerável da renda, ficou em 33,6% no mês de julho.

Já o comprometimento da renda, relação entre o valor médio para pagamento das dívidas e a renda média apurada no período, ficou em 28,6% naquele mês, crescimento de

0,5% no mês e 3,8% em 12 meses, também o recorde da série. Para esses últimos dados, há uma defasagem maior do mês de divulgação, pois o Banco Central depende de dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a renda das famílias. (Agência Brasil)

Estado do Rio de Janeiro													
Câmara Municipal de Nova Friburgo													
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO - PODER LEGISLATIVO													
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL													
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL													
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Quadrimestre / 2022													
R\$ 1.00													
DESPESA COM PESSOAL													
DESPESA EXECUTADAS (últimos 12 meses)													
13/09/2022													
RF - ANEXO 1													
PSIC/041													
PSIC/041													
PSIC/041													
PSIC/041													
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (II)	884.201,91	879.896,50	878.520,45	1.028.270,85	1.028.270,85	884.807,51	1.028.270,85	1.132.071,91	1.368.709,91	1.358.822,58	1.368.709,91	1.368.709,91	0,00
Pessoal Ativo	831.181,48	826.876,43	825.103,35	1.428.388,68	1.428.388,68	877.068,32	1.428.388,68	1.560.707,52	1.861.321,30	1.857.883,26	1.861.321,30	1.861.321,30	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	696.091,42	694.208,69	691.975,51	1.062.763,24	1.062.763,24	716.090,31	1.062.763,24	1.171.571,03	1.398.867,87	1.394.586,76	1.398.867,87	1.398.867,87	0,00
Obrigações Patronais	135.090,06	132.667,74	133.127,84	365.625,44	365.625,44	160.978,21	365.625,44	389.136,49	462.453,43	463.296,50	462.453,43	462.453,43	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	93.000,00	93.000,00	93.000,00	27.782,17	27.782,17	93.000,00	27.782,17	93.000,00	277.821,61	277.821,61	277.821,61	277.821,61	0,00
Aposentadorias, Reservas e Retornos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ferrelhos	27.409,85	27.409,85	27.409,85	-1.14,06	-1.14,06	27.409,85	-1.14,06	27.409,85	27.409,85	27.409,85	27.409,85	27.409,85	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Pessoal Decorrentes Contratos Terceiros (art. 16, § 1º da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pessoal não Enquadrado Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Computação (art. 16, § 1º da LRF) (I)	93.000,00	93.000,00	93.000,00	27.782,17	27.782,17	93.000,00	27.782,17	93.000,00	277.821,61	277.821,61	277.821,61	277.821,61	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	93.000,00	93.000,00	93.000,00	27.782,17	27.782,17	93.000,00	27.782,17	93.000,00	277.821,61	277.821,61	277.821,61	277.821,61	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (II) - (I)	831.181,48	826.876,43	825.103,35	1.428.388,68	1.428.388,68	884.201,91	1.428.388,68	1.602.707,52	1.861.321,30	1.857.883,26	1.861.321,30	1.861.321,30	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	730.813.850,70												
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às empresas individuais (art. 166-a § 1º da CF) (V)	0,00												
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às empresas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00												
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VII) = (IV) - (V) - (VI)	730.813.850,70												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III) + (IB)	11.495.452,88												
LIMITE MÁXIMO (IX) (Inclusão I, II e III, art. 20 da LRF)	42.538.519,54												
para LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	41.944.878,88												
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do art. 22 da LRF)	39.453.137,68												
Nota:													
- Nos demonstrativos elaborados no 1º e no 2º quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, continuando a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração no período e somente no caso de cancelamento podem ter exclusões.													
JOELSON JOSÉ DE ALMEIDA MARTINS 1º Vice-Presidente			WELLINGTON DA SILVA MOREIRA Presidente			JOSE CARLOS DA COSTA SCHUVALWB 1º Secretário			RICARDO OLIVEIRA DE ANDRADE Depto. de Contabilidade CRC - RJ 11709710-9				
AMANDA ALMEIDA AMARAL Depto. Controle Interno			NATACHA CEREJA GAMBINI Tessoureira			JOSE CARLOS DA COSTA SCHUVALWB 1º Secretário			RICARDO OLIVEIRA DE ANDRADE Depto. de Contabilidade CRC - RJ 11709710-9				
CHEFE DO PODER LEGISLATIVO: WELLINGTON DA SILVA MOREIRA RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO: HUGO LONTRA DA SILVA RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: WELLINGTON DA SILVA MOREIRA SIGFIS - Versão 2022 Data de Emissão: 27/09/2022 14:49h Anexo 1 do RGF													
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO - PODER LEGISLATIVO													
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL													
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL													
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Quadrimestre / 2022													
R\$ 1.00													
RF - ANEXO 1													
DEMONSTRATIVO DE AJUSTES DE DESPESAS DEVIDAS E NÃO PAGAS													
DESEMBOLSAMENTOS AJUSTES DO EXERCÍCIO DE 2020													
DESPESA COM PESSOAL													
REGISTRO PATRIMONIAL													
Set/2021 Out/2021 Nov/2021 Dez/2021 Jan/2022 Fev/2022 Mar/2022 Abr/2022 Mai/2022 Jun/2022 Jul/2022 Ago/2022 Set/2022													
Obrigações patrimoniais com o RPPS não pagas (Lei Complementar nº 173/2020)													
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00													
Amortização Obrig. patronais com o RPPS não pagas (Lei Complementar nº 173/2020)													
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00													
DESPESA COM PESSOAL NÃO EXECUTADA ORÇAMENTARIAMENTE													
Mês/Ano Tipo de Registro Valor bruto da despesa com pessoal (a) Valor das deduções (b) Valor Considerado (c) = (a) - (b) Referência do Fato Gerador													
Total não Executado .00 .00													
Nova Friburgo - RJ, 27 de setembro de 2022													
JOELSON JOSÉ DE ALMEIDA MARTINS 1º Vice-Presidente			WELLINGTON DA SILVA MOREIRA Presidente			JOSE CARLOS DA COSTA SCHUVALWB 1º Secretário			RICARDO OLIVEIRA DE ANDRADE Depto. de Contabilidade CRC - RJ 11709710-9				
AMANDA ALMEIDA AMARAL Depto. Controle Interno			NATACHA CEREJA GAMBINI Tessoureira			JOSE CARLOS DA COSTA SCHUVALWB 1º Secretário			RICARDO OLIVEIRA DE ANDRADE Depto. de Contabilidade CRC - RJ 11709710-9				
CHEFE DO PODER LEGISLATIVO: WELLINGTON DA SILVA MOREIRA RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO: HUGO LONTRA DA SILVA RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: WELLINGTON DA SILVA MOREIRA SIGFIS - Versão 2022 Data de Emissão: 27/09/2022 14:49h Anexo 1 do RGF													